

OS CADERNOS DE EDUCAÇÃO DO ILÊ AIYÊ: o ensino da história e cultura afro-brasileira, entre práticas e princípios.

Joelma Cristina de Lima Antunes

Graduada em Ciências Sociais e Mestranda em história pelo

Programa de Pós-graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras - PPGEAFIN/ UNEB-Salvador.

E-mail: Joelma.l.antunes@hotmail.com

GT: 147 - Reeducação étnico-racial e ensino-aprendizagem em História: diálogos possíveis, relações necessárias.

Resumo:

A promulgação da lei 10.639/03 e posteriormente a lei 11.645/08 que tornam obrigatório a inserção do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena no currículo nacional, tem proporcionado a emergência de diferentes discussões que vão desde a reflexão sobre a necessidade de descolonização dos saberes e práticas escolares, à formulação de novas epistemologias e cursos de formação específicos para professores que levem em consideração a experiência dos grupos historicamente marginalizados. Apesar dos desafios estruturais enfrentados para efetivação de tais ações e da grande quantidade de pesquisas acadêmicas produzidas sobre os temas, pouco se tem atentado para as imbricações que o repensar as relações étnicas e raciais traz sobre o modo de se ensinar e pensar a história, assim como pouco se tem evidenciado a participação e os saberes construídos pelos movimentos sociais e demais espaços educativos neste processo. Considerando esta perspectiva, é que propomos com este trabalho apresentar uma breve reflexão sobre os Cadernos de Educação do Ilê Aiyê, uma das ações do Projeto de Extensão Pedagógica do Ilê Aiyê, e o modo como esta entidade tem trabalhado como a reeducação das relações étnicas e raciais dentro da Escola Mãe Hilda, instituição que nasce em 1988, no seio do Ilê Axé Jitolú, um terreiro de Candomblé, mas que atualmente está localizada na Senzala do Barro Preto, no bairro do Curuzu/ Liberdade, Bahia. Pretende-se analisar de que forma os Cadernos de Educação e as diferentes práticas educativas por eles desenvolvidas, podem oferecer TÉCNOLOGIAS para se refletir sobre o fazer histórico e o ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira em sala de aula. Convém situar que os Cadernos de Educação são materiais didáticos pedagógicos produzidos pela própria entidade, entre os anos de 1995 a 2018, que buscam abordar temas relevantes para a reconstrução da autoestima e do processo sócio histórico dos negros no Brasil. Esses materiais são reconhecidos por anteciparem a implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08, trazendo assuntos até então ignorados pelo currículo dito oficial. Para tanto contamos com o auxílio de uma metodologia qualitativa, aliado ao levantamento de uma bibliografia específica sobre o Bloco, à análise documental dos Cadernos de Educação e a observação do espaço formativo. O intuito é refletir sobre os saberes, linguagem e dispositivos produzidos dentro de entidade do movimento negro, isto é, da Associação Carnavalesca Bloco Ilê Aiyê e suas contribuições para o campo educativo e historiográfico.

Palavra-chave: lei 10.639/03; Ilê Aiyê; Prática pedagógica, Cadernos de Educação do Ilê Aiyê.

Aceitando o desafio proposto por este simpósio temático em refletir sobre o processo de reeducação das relações étnicas e raciais, tentamos realizar neste artigo o exercício de dar ouvidos aos sujeitos que tiveram suas vozes silenciadas ao longo da história, para isso buscamos analisar as diferentes perspectivas educacionais e conhecimentos produzidos por estes. Como o próprio pré-fixo do termo (re) educar já nos sugere, há essa necessidade de desnaturalizar e rever o tipo de educação que temos recebido e que permanecemos reproduzindo na sociedade.

Não é novidade que ainda hoje prevalece sobre o ensino brasileiro um tipo de educação excludente, marcado por um currículo de bases eurocêntricas, que ao privilegiar um modelo universalizantes de representação de mundo, tem negligenciado a diversidade étnica-racial e cultural constituinte do país. Inúmeros são os pesquisadores (SILVA 1996; CAVALLEIRO, 2000; MUNANGA 2001; GOMES; SILVA, 2002, CARNEIRO, 2005) que vem refletindo sobre a temática, denunciando de forma sistemática a presença do racismo no sistema escolar, as consequências de seus desdobramentos no que tange a jovens e crianças negras e o processo de epistemicídio que recai sobre os grupos historicamente subalternizados (SPIVAK, 2010).

Conforme reconstrói o historiador Clovis Moura, nós negros nunca fomos de fato reconhecidos enquanto sujeitos sociais dinâmicos na formação político, econômica e cultural do país. “Durante todo o percurso da nossa história, a sua contribuição tem sido negada direta ou veladamente e apenas destacadas as suas qualidade como escravo, produtor de uma riqueza de que não participava” (MOURA, 1990, p.12).

Esse tem sido um dos grandes desafios na trajetória de luta daqueles que sofreram o processo de desterritorialização imposto pela colonização, o de recuperar sua humanidade e de reavaliar sua imagem e protagonismo na formação do Brasil, como bem salienta as obras de Manuel Quirino (1918; 1988). Dentro deste processo as organizações negras têm visto na educação uma das principais vias de tencionamento e reivindicação havendo desde o século XIX inúmeras organizações que se mobilizam no sentido de garantir não apenas o acesso ao sistema escolar, mas a inclusão de conteúdos

na época excluídos pelo currículo dito oficial, como é o caso da história e cultura africana. (ALBERTI; PEREIRA, 2011)

Sueli Carneiro, assim como o historiador Clovis Moura, citada acima expande em sua tese de doutorado a reflexão para o campo da educação, ao sistematizar o processo de negação e apagamento histórico dos negros enquanto sujeitos de conhecimento. De acordo com a autora:

[...] O epistemicídio aplicado ao campo da educação permite discutir, por meio dela, a construção do Outro como Não-ser do saber e do conhecimento, seus nexos com o contexto da modernidade ocidental, na sua interseção com o experimento colonial, que se desdobra até o presente no campo do conhecimento, em instrumento de afirmação cultural e racial do Ocidente. A compreensão da negação do Outro como sujeito de conhecimento, que se exprime em políticas nas quais o acesso ao conhecimento é negado ou limitado; que lhe impõem, via de regra, um destino social dissociado das atividades intelectuais; que promovem a profecia auto-realizadora legitimadora de uma inferioridade intelectual essencializada; que decretam a morte da identidade como condição de superação do estigma, condenando os sobreviventes a uma integração social minoritária e subordinada [...] (CARNEIRO, 2005, p.277).

Podemos citar uma série de iniciativas desenvolvidas por diferentes entidades do movimento negro que vem na contramão desse processo, tencionando os discursos institucionalizados e os mecanismos produzidos pelo racismo científico do final do século XIX e início do XX que foi amplamente utilizado pela academia brasileira para legitimar esse lugar de inferioridade ‘natural’ do negro (SCHWARCZ, 1993).

Tais iniciativas assumem distintas configurações e linguagens, como é o caso da imprensa negra e seus diversos jornais, entre eles o Jornal Clarim da Alvorada (1924) em São Paulo, o Teatro Experimental do Negro – TEN de Abdias do Nascimento e outras tantas criações que vão tencionar o debate racial, produzindo outras representações e narrativas epistêmicas a partir da legitimação dos negros enquanto sujeitos históricos.

Houve também iniciativas voltadas para o campo do ensino formal como é o caso do Instituto Steve Biko (1992) em Salvador, do projeto Educafro (1994), dos Blocos Afros, as escolas comunitárias de bairros, o próprio Movimento Negro

Unificado, agremiações que apresentam projetos educacionais consistentes, comprometidos em construir uma educação emancipatória, que não apenas questiona a ausência da história e cultura africana nos currículos, mas que constrói tecnologias eficientes para lidar com a diversidade e diferenças no processo educacional.

Essas instituições vêm a tempos realizando ações em torno dessa reeducação das relações étnico-raciais, trabalhando com a recuperação da autoestima das crianças negras, com o fortalecimento da identidade cultural por meio da conscientização da estruturação do racismo e da valorização dos conhecimentos dos grupos não hegemônicos, isto é, praticando muito do que foi sistematizado pelas Leis de Diretrizes e Base 10.639 ao tornar obrigatório o ensino da cultura africana e afro brasileiro para o currículo nacional no ano de 2003.

Neste sentido, podemos interpretar a Lei 10.639/03 que no ano de 2008 é alterada pela lei 11.645/08, incluindo também a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena, como fruto dessa longa trajetória de lutas que ganha maior expressividade na década de 1980, mas que segue interferindo na agenda política do Estado, desenvolvendo o que viria a serem as políticas de ações afirmativas.

Não nos aprofundaremos no assunto pelo espaço limitado desta publicação, no entanto, destacamos as pesquisas de autores como Petrônio Domingues (2007), Kabengele Munanga (2015), Nilma Lino Gomes (2009; 2011; 2012), Petronilha Beatriz Gonçalves Silva (2016) Amilcar Pereira (2017), Andréia Lisboa de Sousa (2011), etc. por oferecem um panorama mais complexo do processo de promulgação das leis, como também dos desafios atuais para sua implementação nos diferentes espaços.

Nestes 16 anos de promulgação da lei, ocorreram uma série de conquistas como, o fortalecimento do campo de estudos africanos, a abertura de disciplinas e programas de pós-graduação específicos na temática, como é o caso do PPGEAFIN- Programa de Pós-graduação em Estudos Africanos Povos Indígenas e Culturas Negras da Universidade do Estado da Bahia, do qual faço parte, entre outras conquistas relevantes. Toda via, apesar dessas mudanças significativas, permanecem intensos os embates no que tange a disputa no campo de conhecimento e na legitimidade que é sempre negada aqueles conhecimentos construídos pelos movimentos sociais negros. .

Diante dessa problemática, pretendemos discutir nesse artigo o projeto educativo da Associação Carnavalesca Bloco Ilê Aiyê e os saberes produzidos por eles, principalmente por terem uma trajetória de 45 anos de experiência que continua sendo ignorada. Portanto, nessa segunda parte apresentaremos o dispositivo didático criado pela instituição, os Cadernos de Educação, destacando a forma como a agremiação tem assumido o fazer educacional e as territorialidades onde esses saberes são construídos.

Conforme vem destacando uma parcela significativa da intelectualidade negra baiana (SIQUEIRA, 1998; MACHADO, 2002; BOAVENTURA, E.M; SILVA, A.C, 2004; FREITAS, 2004; CONRADO, 2006; SILVA, J. C, 2006; MOREIRA, A, 2013), é preciso pensar numa concepção de educação que extrapole os muros da sala de aula, uma educação que tome os terreiros de candomblé, as quadras das escolas de samba, as rodas de capoeira como espaços legítimos do educar.

TECNOLOGIAS ANCESTRAIS: princípios que movimentam a educação no ilê

. Em breves palavras, podemos considerar que os projetos educativos do Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê acontecem em três lugares específicos que se auto influenciam: o Ilê Axé Jitolú, terreiro de Candomblé; o próprio Bloco Ilê Aiyê; e o PEP- Projeto de Extensão Pedagógica. Todas essas territorialidades tem como referência a liderança de Mãe Hilda Jitolú, matriarca que esteve à frente do grupo até o ano de 2009, quando realizou sua passagem para o *Orum*. Mãe Hilda considerava que um terreiro é como uma escola vem dela o desejo de ampliar o projeto educativo do Ilê, que nasce da procura dos moradores do atual Bairro do Curuzu, por reforço escolar para seus filhos.

O projeto educativo do Bloco adquire o formato que tem hoje em 1995, quando ocorre a inauguração do Projeto de Extensão Pedagógico (PEP), que comporta tanto a escola Mãe Hilda (1988), sua primeira instituição de ensino formal; como a Band'Erê - Escola de Precursão, Música e Dança (1992); a Escola profissionalizante e o Projeto Editorial, representado pelos Cadernos de Educação o qual abordaremos mais adiante.

Apesar das estruturações das escolas, é necessário compreender o próprio Bloco carnavalesco como espaço alternativo de educação e de socialização, que conforme informa Elias Guimarães (2001), assumem em seu fazer pedagógico, “[...] uma forma

de luta político-cultural cuja missão é expandir a capacidade das pessoas, construir identidades, desenvolver condutas, habilidades e destrezas que as possibilite atuar de maneira responsável, solidária, crítica e democrática na sociedade.” (GUIMARÃES, 2001, p.6).

Por estar comprometido com a luta antirracista e com as necessidades de emancipação dos grupos que foram historicamente subalternizados, o Ilê vem trazendo novas questões e novas perspectivas pedagógicas, refletindo sobre a concepção de corpo, sobre estética, ancestralidade. Nilma Lino Gomes (2017) dialoga com o pensamento de Guimarães (2001), ao classificar em três os tipos de saberes que são construídos no seio do Movimento Negro, sendo eles: o Saber identitário; estético-corpóreo e o saber político. Todos eles por serem forjados na luta sedimentariam valores de resistência e referência ao processo de dominação cultural.

É possível observar estes saberes nas diversas ações desenvolvidas pela entidade, através das composições do Bloco quando cantam o orgulho em ser negro, no tipo de estética que é priorizada quando reafirma a beleza de uma Deusa do Ébano, essa reelaboração de significados politiza os sujeitos e os espaços, promovendo uma mudança radical no comportamento, na maneira de ser e se representar a negritude.

Todos esses valores se refletem nas práticas pedagógicas realizadas nas escolas, onde o corpo das crianças negras torna-se o elemento central, não mais entendido como objeto de discriminação racial, mas como potencialidades, onde suas tatuagens históricas são consideradas. Anália Moreira (2013) em sua dissertação de Mestrado observa que:

[...] o corpo, como instrumento historicamente construído nos embates contra hegemônicos, tornou-se para o Ilê Aiyê uma das esferas mais significativas para demarcação de suas aspirações afirmativas. Da base constitutiva de suas ações, quais sejam a cultura e o lazer, o corpo surge como mediador. (MOREIRA, 2013, p.13)

É interessante perceber que a educação no Ilê Aiyê se dá através de linguagens diversas como a música o canto, a dança, a leitura, que buscam envolver os alunos em sua integridade. Além dos conteúdos que privilegiam a temática afro-brasileira, as práticas pedagógicas estão alicerçadas em valores e ensinamentos ancestrais, onde

prevalece noções como “[...] o respeito aos mais velhos, a veneração à natureza, solidariedade e ternura com o semelhante” (Moreira, 2013 p.101).

Apresentação dos Cadernos de Educação

Os Cadernos de Educação são materiais pedagógicos produzidos pela entidade a partir do ano de 1995, quando os coordenadores do PEP, resolvem sistematizar e organizar as pesquisas anteriormente realizadas sobre os temas dos desfiles de carnaval de cada ano, que frequentemente, homenageavam símbolos e lideranças históricas significativas para os afro-brasileiros, como também países do continente africano.

Tais pesquisas foram produzidas por uma rede de renomados intelectuais, professores e militantes negros, como Jaime Sodré, Maria de Lurdes Siqueira, Makota Valdina Pinto, entre outros, e circularam tanto nos concursos de música, oferecendo bases teóricas para os compositores criarem o repertório do bloco, quanto nos colégios estaduais localizados nos arredores do bairro da liberdade, por meio de cursos de formação para professores da rede, promovido no ano de 1998 pelo PEP do Ilê Aiyê.

Vale destacar que de 1995 a 2018 foram publicados cerca de 22 versões dos Cadernos de Educação. Esse material tem sido constantemente investigado por pesquisas de distintas áreas acadêmicas como a educação (GUIMARÃES, 2001; PERIN, 2007), a arte, a dança, que apontam para o protagonismo da proposta educativa do Ilê Aiyê diante das proposições das Leis 10.639/03 e 11.645/08, visto que antecede a abordagem de temas e conteúdos negligenciados pelos currículos ditos oficiais. São apontados também como elemento importante no contexto de construção do campo de estudos africanos na Bahia.

Localizamos os Cadernos de Educação então, como um fruto da trajetória histórica do bloco ilê Aiyê e da produção engajada do ciclo de intelectuais negros que o compõe e que explicitamente se opõem a reproduzir esse tipo de conhecimento científico colonizado, que questionam a representação de mundo eurocentrada.

Descreveremos agora o primeiro volume dos cadernos de educação, para demonstrar de que formar esses materiais podem contribuir com o ensino de história e dialogar com as propostas colocadas pela lei 10.639/03 e o currículo dito oficial.

ORGANIZAÇÕES DE RESISTENCIA NEGRA

Organizações de resistência Negra é o tema do primeiro volume dos cadernos de Educação, que foi publicado nos anos de 1995, na inauguração do PEP. Este caderno é introduzido por um texto intitulado “Crianças Precisam de Horizontes”, produzido na época por Jônatas Conceição e Arany Santana, coordenadores do Projeto.

O texto rememora inicialmente a fala de mãe Hilda na abertura do PEP, onde reflete sobre a extensão e continuidade do trabalho realizado dentro do terreiro de candomblé para as novas escolas do bloco. Concebe que “[...] o Candomblé sempre foi casa de ensinamento e que esta função agora prossegue com as nossas diversas escolas”.

O caderno apresenta dezessete principais organizações negras brasileiras que existiram no período do século XVII até a década de 1970, quando demarca-se a fundação do bloco Ilê Aiyê. Ao selecionar este recorte temporal e temático a instituição nos revela suas intensões em demonstrar como a agremiação faz parte de um fluxo histórico contínuo de movimentações e organizações negras.

As organizações são classificadas em diferentes tipos: as organizações religiosas, que são consideradas como núcleos tradicionais de resistência negro-africana, sendo representadas pelas irmandades e os terreiros de candomblé; As organizações Quilombola, cujo expoente no Brasil se dá pela trajetória histórica dos quilombo dos Palmares. Há também as Organizações Politico-Associativa e Recreativa representadas pela Sociedade protetora dos Desvalidos – SPD (1832); a Frente negra brasileira (1931); o afoxé Filhos de Gandhi (1949); o bloco de índio, Apaches do Tororó (1968) e o próprio Ilê Aiyê que em 1995 completava seus 21 anos de existência.

Ao trazer como conteúdo a história dessas organizações que são fundamentais para se pensar os modos de vida, a manutenção dos costumes afro-brasileiros, a resistência e atuação dos negros na sociedade brasileira, o Bloco sistematiza uma parte importante da memória coletiva da população negra que foi historicamente invisibilizada, possibilitando que os alunos reelaborem a representação dos negros e de si próprios, enquanto construtores históricos e não objetos passíveis e assujeitados. Conforme destaca Carneiro (2005):

Enquanto a escola oferece múltiplas formas de subordinação, assujeitamento e negação, é da força da auto-estima, do reconhecimento da própria capacidade de autonomia, dos exemplos no

interior das famílias e dos raros profissionais negros com quem conviveram na infância, adolescência e juventude, bem como da conquista da memória coletiva – são desses elementos que se extrai a seiva da resistência. Contudo, a síntese será dada apenas pelo coletivo, onde o cuidado de si e o cuidado do outro confundem-se na busca da emancipação (CARNEIRO, 2005, p.278).

Desta forma os Cadernos de Educação contribuem com o Ensino de História, ao repensar o fazer histórico e o modo de transmitir a história para as novas gerações. Por utilizar uma variedade de linguagens em seu fazer pedagógico, como as letras de música, as estampas dos tecidos, a dança e a instrumentalização musical, o ensino de história nas escolas pertencentes ao PEP ultrapassa a formalidade da linguagem escrita, permeando a dimensão corpórea e subjetiva dos alunos. A história é então narrada por esses dispositivos que fazem parte do cotidiano dos alunos, fator que influencia diretamente no modo de apreensão dos conteúdos.

Conforme se observa, os conteúdos trabalhados pela entidade não está deslocado daquilo que é exigidos pelas leis de diretrizes e bases 10.639, sendo possível o dialogo dos materiais com o currículo dito oficial. No entanto sabemos que não é interessante para as classes hegemônicas ter a incorporação dos Cadernos nos espaços formais de ensino, uma vez que não compactua com o projeto nacional de dominação.

Como declara Antônio Carlos Vovô, presidente do Ilê Aiyê, “[...] a educação no Ilê Aiyê sempre priorizou o patrimônio cultural africano, pois só assim é que podemos formar homens e mulheres plenos de cidadania para exercer o poder político neste país. (Caderno de Educação, Vol. 1. Projeto de Extensão pedagógica do ilê Aiyê, 1995, p.5).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, consideramos, tal como postula Nilma Lino Gomes, que o dialogo com os saberes produzidos, articulados e sistematizados pelo Movimento Negro, podem contribuir com o processo de reeducação das relações étnicas e raciais, uma vez, que tem a potencialidade de subverter a teoria educacional, indagando as estruturas escolares e tornando presente às vozes que há tanto foram e ainda são silenciadas.

Neste sentido, afirmamos que a produção didática do Ilê Aiyê tem contribuído ao trazer temas disparadores que permitem a reflexão e apreensão dos alunos sobre o legado político e culturais africanos e afro-brasileiros, possibilitando sua compreensão enquanto sujeitos históricos, capazes de atuar e modificar a realidade multiétnica brasileira.

Referência

BRASIL. Lei n. 10.683, de 28 de maio de 2003c. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.683.htm>. Acesso em: 15 jul. 2011.

BRASIL. Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008a. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro- Brasileira e Indígena”. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/.../lei/111645.htm>. Acesso em: 24 jan. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB 04/2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diário Oficial da União, 14 jul. 2010a. Disponível em: <okeducar.blogspot.com/.../resolucao-cneceb-n-042010-diretrizes.htm>. Acesso em: 30 jun. 2011.

BOAVENTURA, Edivaldo M. Apresentação. In: BOAVENTURA, E. M.; SILVA, Ana Célia (Org.). O terreiro, a quadra e a roda: Formas alternativas de educação da criança negra em Salvador. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Educação da UFBA, 2004, p. 9-13

CARNEIRO, Aparecida Sueli; FISCHMANN, Roseli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CAVALLEIRO, E. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: _____ (Org.). Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos.** Tempo, p. 100-122m 2007.

DOMINGUES, Petrônio. Um ‘Templo de Luz’: a frente negra brasileira (1931- 1937) e a questão da educação. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, p. 517-534, 2008.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: vozes, 2017

GOMES, Nilma Lino. (org.). Práticas Pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10639/03. Brasília: MEC; UNESCO, 2012.

GOMES, N.L. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 10, n. 18, p. 133-154, abr. 2011.

GUIMARÃES, Elias Lins. **A ação educativa do Ilê Aiyê: reafirmação de compromissos, restabelecimento de princípios**. Tese de Doutorado em Educação. Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Movimento Negro e Educação. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 15, p. 134-158, set./dez. 2000. Disponível em: . Acesso em: 10 jan. 2016.

MACHADO, Vanda. Ilê Axé. Vivências e invenção pedagógica. Crianças do Afonjá. 2. ed. rev. atual. Salvador. EDUFBA; SMEC, 2002

MOURA, Clovis. As injustiças de Clio: o negro nas historiografia brasileira. Belo Horizonte: Oficina de Livro, 1990.

MUNANGA, Kabengele. **Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?**. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 62, dez. 2015. (p. 20-31)

PEREIRA, Amilcar. O Movimento Negro Brasileiro E A Lei 10.639/03: Da Criação Aos Desafios Para a Implementação. Revista Contemporânea de Educação, v. 12, n. 23 (2017)

PEREIRA, A. A Lei 10 . 639 / 03 e o movimento negro : aspectos da luta pela "reavaliação do papel do negro na história do Brasil. p. 25–45, (2010)

PERIN, Rosemary Rufina dos Santos. Os Cadernos de Educação do Projeto de Extensão Pedagógica Ilê aiyê: Um precursor das Diretrizes Curriculares da Lei 10639. – Salvador, BA: RRSP, 2007.

QUIRINO, Manuel. Costumes Africanos no Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Ed. Massangana, 1988.

QUIRINO, Manoel. O colono preto como fator de civilização Brasileira. 1918.

SOUSA, Andréia Lisboa de. Perspectivas educacionais: em busca de igualdade. Paidéia r. do cur. de ped. da Fac. de Ci. Hum., Soc. e da Saú., Univ. Fumec Belo Horizonte Ano 8 n.11 p. 97-112 jul./dez. 2011

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, 287p.